

Fórum cobra agendamento das negociações e respeito à data-base

A Pauta Unificada de Reivindicações 2012 foi protocolada formalmente no dia 16/4, em reunião do Fórum das Seis com o reitor da USP, professor João Grandino Rodas, novo presidente do Cruesp. Na oportunidade, o Fórum destacou a necessidade de estabelecimento de um calendário de negociações e propôs que a primeira reunião ocorresse entre os dias 24 e 26/4. O reitor Rodas disse que iria consultar os reitores da Unesp e da Unicamp para definir o calendário.

Passadas quase três semanas da entrega da Pauta Unificada, está agendada apenas a reunião com a Comissão Técnica para esta quinta-feira, 10/5.

Uma vez que a data-base de servidores técnico-administrativos e docentes das universidades estaduais paulistas é 1º/5, a ausência,

até o momento, de um calendário de negociações nos preocupa e parece indicar a manutenção da mesma atitude do Cruesp de anos anteriores, quando prevaleceram o desrespeito e o descaso com relação às reivindicações do Fórum. Esperamos estar enganados! As entidades que compõem o Fórum reiteram sua disposição e seu interesse em negociar efetivamente todos os pontos da pauta encaminhada — e isso pressupõe diálogo entre reitores e entidades.

Recursos em jogo. No dia do protocolo da Pauta Unificada, o Fórum também entregou ao presidente do Cruesp o ofício 5/2012, no qual volta a solicitar uma reunião para discutir com os reitores o não repasse, pelo governo estadual, de parte dos recursos

a que as universidades têm direito. Conforme o Fórum vem denunciando, o governo Alckmin não está cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que garante o repasse para a Unesp, Unicamp e USP de, no mínimo, 9,57% dos recursos obtidos com a arrecadação da quota-parte estadual do ICMS. Só em 2011, isso representou um prejuízo de mais de R\$ 200 milhões para as instituições.

O Fórum questiona a resposta enviada pelo Cruesp, por meio do Ofício 4/2012, que mostra que os reitores não apenas têm conhecimento do fato, como concordam com ele e até o justificam. Por isso, o Fórum solicitou ao presidente do Cruesp o agendamento da reunião. Até o momento, também não houve retorno a esta solicitação.

Com a palavra, o Cruesp!

Nesta edição

Página 2

- EACH ganha terreno para expansão, também sem a licença ambiental

Página 3

- Carta Aberta conjunta de entidades questiona teor do USP Destaques 56

- Docentes receberão vale-refeição a partir de junho

Página 4

- Sistema Próprio de Saúde: exames complementares agora exigem autorização

- Titularidade e aposentadoria integral

Proposta de declaração conjunta procura superar episódio da interpelação judicial

Conforme relato publicado no *Informativo Adusp* 342, em reunião realizada em 2/4/2012 o reitor propôs à diretoria da Adusp que Reitoria e Entidade fizessem uma declaração conjunta com vistas a superar o episódio da interpelação judicial, promovida pelo reitor. Nesta declaração, a diretoria da Adusp contextualizaria as críticas feitas à gestão Rodas, atribuídas, equivocadamente, à entidade pela Reitoria, em razão do editorial de 25/2/2012 do jornal *O Estado de S. Paulo*. A Reitoria, por sua vez, reconheceria que sua iniciativa de interpelar judicialmente os diretores da entidade não foi a melhor resposta ao referido editorial.

Na ocasião, os representantes da Adusp comprometeram-se a discutir a proposta com a diretoria.

Durante todo o mês de abril, a diretoria da Adusp tratou dessa questão em sucessivas reuniões, avaliando prós e contras da proposta apresentada pela Reitoria.

Não foi fácil chegar a uma decisão. A resposta mais simples se-

ria a negativa. Afinal, os diretores da entidade não fizeram qualquer declaração ofensiva ou que assim pudesse ser interpretada pelo reitor, não havendo justificativa para interpelar ou mover uma ação contra eles. Por outro lado, a proposta do reitor instou a diretoria a avaliar qual a melhor postura a se adotar diante da situação posta. Por descabido que seja, lidar com um eventual processo desta natureza contra seus dez diretores penalizaria a todos, diretoria e entidade, não só pelo ônus financeiro para a devida defesa, mas principalmente pelo ônus político, ao desviarmos a todos das questões de fato prioritárias para a Adusp — daí a perversidade da inusitada iniciativa judicial.

Após intenso debate, a diretoria entendeu que a entidade tem tarefas mais urgentes e mais importantes para encaminhar e que melhor seria não descartar uma proposta que possibilitasse superar este episódio. Além dis-

so, ao acatar a proposta de declaração conjunta, mais uma vez a diretoria da Adusp demonstra, na prática, sua disposição ao diálogo e à negociação.

A questão foi tratada também no Conselho de Representantes da Adusp, reunido em 20/4. Os representantes presentes, ainda que demonstrando profundo desacordo com a iniciativa do reitor, manifestaram-se, por ampla maioria, favoravelmente à ideia de uma declaração conjunta, com o intuito de encerrar, o mais rapidamente possível, a questão da interpelação judicial.

A Adusp oficiou à Reitoria em 27/4, solicitando o agendamento de uma reunião para tratar da proposta de texto para a referida declaração. Nele, a diretoria reafirma a prática histórica da Adusp de defesa do estado democrático de direito, da educação e da cidadania, ressaltando que jamais se manifestou com o intuito de ofender qualquer cidadão ou instituição e, em particular, não o

fez em relação ao reitor; e a Reitoria reconheceria a inadequação da iniciativa de interpelação judicial dos diretores da entidade.

É nossa expectativa de que esse gesto venha a favorecer o restabelecimento da necessária interlocução da administração central com a entidade docente e que temas tão urgentes como a necessidade de democratização da universidade, a defesa de condições de trabalho adequadas, a questão previdenciária, a luta pela adoção de políticas efetivas de permanência estudantil, passem a ser objeto das pautas da Reitoria com a Adusp e com o conjunto da Universidade.

Em tempo: na quinta-feira, 3/5/2012, pouco antes do fechamento desta edição do *Informativo Adusp*, o professor Wanderley Messias da Costa, superintendente de relações institucionais da USP, nos informou que a Reitoria não está de acordo com os termos da declaração proposta pela diretoria da Adusp, mas manifestou sua intenção de, em conversas com a entidade, chegar a um texto aceitável para as partes.

EACH ganha terreno para expansão, também sem a licença ambiental

Até hoje, *campus* funciona ilegalmente, sem a licença de operação, porque exigências da Cetesb não foram atendidas

O governo do Estado acaba de ceder à USP Leste um terreno de 43 mil metros quadrados, o equivalente à área atual da unidade, e que deverá abrigar um centro de convenções e outro de exposições. Porém, assim como o terreno em que a EACH foi construída, o novo espaço também está contaminado, por haver recebido lama retirada do fundo do rio Tietê.

Nem a nova área cedida pelo Estado, nem a área original possuem licença ambiental. Desde 2005 os órgãos responsáveis pela vigilância do meio ambiente exigem a implantação de dutos para a extração de gases no subsolo do terreno onde está a USP Leste, o que evitaria o risco de explosões. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) recomendou essa medida para “todas as construções já implantadas ou a serem implantadas no local”. A assessoria de imprensa da EACH informou ao *Informativo Adusp* que “a USP já entregou todos os documentos que a Cetesb solicitava para a obtenção da licença de operação. No momento, a unidade possui a licença de instalação e aguarda uma resposta da Cetesb sobre a licença de operação”.

A assessoria informou ainda que “a Superintendência de Espaço Físico da USP (SEF) já instalou um modelo de sistema de exaustão de gases do subsolo do prédio do Ciclo Básico. O trabalho foi feito pelo Instituto



Vista parcial do campus da EACH, construído sobre área contaminada, com forte presença de metano no subsolo

de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em janeiro deste ano, e passou por fase de testes. Agora a USP também espera uma resposta da Cetesb, que deverá apontar se esse sistema de extração de gases está adequado”. Contudo, segundo informações da *Folha de S. Paulo* (17/4/2012), dos nove dutos exigidos para a licença da área original apenas sete foram instalados até hoje, fato que estaria impedindo a emissão da licença ambiental plena de operação.

Multa e advertência.

Em setembro de 2011 a EACH foi multada pela Cetesb e recebeu também um Auto de Advertência exigindo a implantação do sistema para extração de gases. Já em outubro do mesmo ano, a unidade foi acusada de receber terras

suspeitas de contaminação. Na ocasião, o diretor da unidade, José Jorge Boueri Filho, disse desconhecer a procedência das terras que seriam utilizadas para preparar parte do terreno para a plantação de grama. Tampouco recebeu autorização da Cetesb para recebê-las, procedimento necessário pelo fato de a EACH estar situada na área de preservação permanente do Parque Ecológico do Tietê.

Segundo a gestora ambiental Débora Natali Crispiano, que estudou em seu Trabalho de Conclusão de Curso o processo de licenciamento ambiental do *campus* da EACH, a construção da USP Leste foi aprovada através de um Relatório Ambiental Preliminar, procedimento inadequado

para o empreendimento que, por seu vulto, necessitava de um estudo mais aprofundado. Para Débora, os instrumentos mais adequados seriam o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), procedimentos que compõem uma avaliação ambiental completa.

A EACH discute agora a elaboração de um Plano Diretor Socioambiental Participativo que, segundo sua assessoria, servirá de base para a gestão ambiental do *campus* USP Leste. “O trabalho envolve a Superintendência de Gestão Ambiental da USP, professores especialistas na área de gestão ambiental, alunos do curso de graduação de Gestão Ambiental e funcionários da Escola”.

Maria das Graças, a otimista

Vitor Flynn



Carta Aberta conjunta de entidades questiona teor do *USP Destaques 56*

Adusp, Sintusp e DCE-Livre lançaram uma Carta Aberta em que expressam preocupação com o conteúdo do boletim *USP Destaques 56*, de 9/3/2012. O boletim é publicação oficial da Reitoria. Sua edição 56, cuja capa traz o título “A democracia da USP”, critica o texto intitulado *Manifesto pela Democratização da USP*, assinado por 70 vítimas da Ditadura Militar, seus familiares, 245 docentes da USP e 217 professores de outras universidades do país e do exterior.

“Concordemos ou não com o *Manifesto*, no todo ou parte, julgamos inadmissível que a Reitoria da USP ponha em questão o fato de que seus signatários, sob a rubrica ‘familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos e perseguidos pela ditadura’, representem ou tenham sido, de fato, vítimas do regime de exceção iniciado com o golpe militar de 1964”, afirma a Carta Aberta. “Ao afirmar que os signatários são ‘autointitulados perseguidos pelo regime militar, parentes de companheiros assassinados... e defensores dos princípios por eles almejados’, a Reitoria transpõe para o plano subjetivo — logo, passível de relativização — o reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura. Tal negação

histórica, arbitrária e desqualificadora em si mesma, assume um caráter extremamente grave ao ser emitida pelo órgão máximo de uma das maiores e mais importantes universidades públicas no país”.

A Carta Aberta prossegue lembrando que o *USP Destaques 56* desenvolve temas que dizem respeito ao atual momento vivido pela USP, ao tentar, por exemplo, negar a existência de perseguições políticas na Universidade. “A alegação central da Reitoria é a de que os processos contra membros da comunidade uspiana não dizem respeito a ‘manifestações individuais ou coletivas’, mas sim a ‘ações (...) consideradas como crime pelo Código Penal Brasileiro’. Temos consenso quanto ao princípio de que numa democracia vigorem os mecanismos que permitam atribuir aos cidadãos a devida imputação de responsabilidade pelos seus atos. No entanto, não cabe à administração universitária punir alguém penalmente, o que torna a menção ao Código Penal, feita no boletim, de uma inconsistência que só revela tendência autoritária”.

A Carta Aberta faz referência aos processos disciplinares instaurados pela Reitoria, alguns de-

les iniciados na gestão anterior: “sabe-se que, no caso de Claudionor Brandão, demitido ‘por justa causa’, não houve a necessária ação judicial para apuração desta, como prevê a legislação trabalhista”; “ressalte-se que, em virtude da estabilidade prevista na Constituição aos dirigentes sindicais, Brandão não poderia ter sido demitido por meio de processo administrativo interno da USP, mas somente mediante processo na Justiça do Trabalho”.

Ainda segundo o documento, a demissão do sindicalista antecipou “a instauração de processos e ameaças de demissões de vários outros dirigentes do Sintusp, também pelo exercício de atividades sindicais que lhes são próprias, ao mesmo tempo em que se ignora a ocorrência de fatos que necessitam ser devidamente apurados, como a denúncia feita pelo Sintusp sobre a tentativa de atentado à sua sede em 12/01/2012”.

A Carta Aberta faz referência também à expulsão de oito estudantes em dezembro de 2011, expressando que “não está claro no processo que os punidos tenham efetivamente sido autores dos atos a eles atribuídos” e que “na Portaria que instaurou o processo administrativo contra os estudan-

tes não há qualquer menção aos ‘crimes’ que lhes foram imputados pela Reitoria no *USP Destaques*”. Segundo os signatários, a expulsão, portanto, “não ocorreu por crimes como depredação do patrimônio público ou extravio de documentos, mas pelo ato de ocupação em si, que pode ser facilmente considerado como ‘Protestos extraordinários (...) por meio de demonstrações’, que o próprio boletim da Reitoria considera ‘cabíveis em um Estado democrático de direito, como o Brasil’”.

Conclui a Carta Aberta que em ambos os casos, de demissão e processos contra sindicalistas e de expulsões de estudantes, “há graves irregularidades que indicam a perseguição de pessoas que ousam agir politicamente na USP para reivindicar direitos, fato este reforçado quando se considera a quantidade de processos disciplinares instaurados desde o início da gestão do atual Reitor”. O texto diz que a atribuição aleatória de culpa constitui perseguição, “uma vez que produz intimidação, insegurança e medo, desencorajando os membros da comunidade universitária a engajar-se publicamente nas questões e na solução de problemas da instituição”.

Adusp pergunta

O Conselho de Representantes (CR) da Adusp tomou a iniciativa, acolhida pela diretoria, de oferecer aos docentes da USP mais informações sobre o funcionamento da entidade; e, ao mesmo tempo, de buscar conhecer melhor o perfil da categoria.

Para tanto, será encaminhada a todos os docentes — com exceção dos que atuam na EACH, FE, IP e FDRP, que participaram do estudo piloto — uma carta com informações fundamentais sobre a Adusp e uma única questão, relativa às preocupações que os colegas têm sobre seu trabalho.

As respostas podem ser enviadas por meio da “carta-resposta”, a ser encaminhada para o representante da unidade junto ao CR, ou à Adusp, para o endereço enquete@adusp.org.br.
Aguardamos sua participação!

Docentes receberão vale-refeição a partir de junho

A partir do mês de junho, cerca de 22 mil funcionários da USP (docentes e técnico-administrativos) receberão o Vale-Refeição. O valor do Auxílio-Alimentação também será reajustado.

Segundo a Reitoria, a extensão e o reajuste desses benefícios “têm como principais premissas” 1) garantir a “agilidade no atendimento ao corpo discente”, uma vez que o número de refeições servidas nos restaurantes universitários (RUs) cresceu 30% em 2011; 2) oferecer alternativas à “infraestrutura atual disponível”, insuficiente diante da demanda crescente nos RUs; e “universalizar os benefícios oferecidos ao quadro de pessoal da Universidade”.

No caso do Vale-Refeição, o benefício será estendido aos

funcionários técnico-administrativos ativos, com jornada igual ou superior a 30 horas de trabalho, e aos docentes ativos que trabalhem em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e Regime de Turno Completo (RTC).

“A partir do quarto dia útil do mês de junho, todos esses servidores receberão o benefício no valor unitário de R\$ 24. Esse valor foi atualizado em cerca de 9%, em relação ao ano passado, com base nos preços médios praticados pelo mercado”, informa o *USP Destaques* de 16/4.

Ainda segundo a Reitoria, só recebiam o Vale-Refeição cerca de 2 mil funcionários técnico-administrativos, “que não possuíam qualquer tipo de subsídio para alimentação ou meios de

acesso aos restaurantes mantidos pela Universidade”. O benefício agora será estendido a outros 20 mil funcionários, incluindo docentes.

Quanto ao Auxílio-Alimentação, seu valor será reajustado, passando de R\$ 510 para R\$ 590 mensais. Esse benefício é pago a todos os docentes e funcionários técnico-administrativos da ativa.

Apesar das explicações da Reitoria, o anúncio da extensão do Vale-Refeição ao conjunto dos docentes e funcionários técnico-administrativos da USP (cuja vigência, frise-se, inicia-se em junho) ocorre em plena campanha salarial das categorias do Fórum das Seis. Benefícios desse tipo não integram a pauta da Adusp, que luta pela valorização real dos salários, com todos os reflexos dela decorrentes. Importante lembrar, ainda, que os docentes aposentados não recebem os dois vales.

Sistema Próprio de Saúde: exames complementares agora exigem autorização

O GT-Saúde da Adusp foi recebido em 18/4 pela superintendente do HU, professora Sandra Grisi, conforme previamente agendado. O GT buscava informações sobre mudanças que o processo de implantação do *Sistema Próprio de Saúde da USP*, aparentemente acelerado, está trazendo para o atendimento das demandas médicas da comunidade.

A professora informou que a maior mudança decorrente desse processo, por enquanto, é o fato de quaisquer exames complementares solicitados por médicos do HU ou da UBAS não poderem mais ser agendados pelo hospital, precisando ser liberados (ou não) pela Coordenadoria de Saúde da USP. Ela explicou, ainda, que a impossibilidade hoje de se agendar consultas na Oftalmologia se de-

ve ao acúmulo de vários meses de exames já marcados e à falta de consultórios especializados, já que os existentes são da década de 1980. Nessa área, atualmente, estão sendo atendidos apenas casos emergenciais.

Quanto ao atendimento no Pronto Socorro do HU, este permanece sempre muito pressionado pela demanda. O Hospital Sorocabano, que deveria atender parte desta, continua desativado e sem previsão de retomar o atendimento ainda em 2012, pelo menos. A superintendente afirmou que a implantação de um sistema de pré-diagnóstico, que classifica os atendimentos de acordo com a urgência/emergência em termos de risco, está sendo testada no Pronto Socorro.

Insuficiências. Durante a troca de informações e opiniões, a professora Sandra Grisi

reiterou que o HU continua sendo, conforme a intenção inicial, um *equipamento secundário de atenção à Saúde*. Boa parte da problemática que se apresenta no Butantã, em particular à comunidade USP, é a falta ou insuficiência nos dois extremos do sistema de saúde: a *atenção primária*, que deveria ser provida pela(s) UBAS e pelas unidades correspondentes estaduais e municipais; e o atendimento *terciário*, de maior complexidade, que corresponde a hospitais mais equipados e em geral maiores, como o Hospital das Clínicas. Desse modo, as consultas de rotina (as mais frequentes), que correspondem à *atenção primária*, sobrecarregam a demanda do hospital.

A superintendente relatou, ainda, que recebeu algumas informações, solicitadas pelo Conselho

Deliberativo do HU, sobre o processo *Sistema Próprio da USP*, que, no entanto, não esclarecem quais outros hospitais e serviços estariam sendo credenciados para prestar atendimento secundário e/ou terciário. Haverá uma reunião dos coordenadores de áreas do HU com o médico Walter Fernandes, diretor da nova Coordenadoria de Saúde, para discutir as demandas e possibilidades de atendimento secundário desse hospital, dentro do novo sistema.

A professora também não conhece detalhes da construção de mais uma UBAS com 11 consultórios no *campus* Butantã, conforme publicado na *Revista Espaço Aberto* (nº 135, p. 19, jan./fev. 2012) da Coordenadoria de Comunicação Social. O GT-Saúde pretende agendar proximamente uma reunião com um dos coordenadores de Saúde da USP.

Adusp e Andes realizam eleições em 8 e 9/5

Nos dias 8 e 9 de maio serão eleitos os membros do Conselho de Representantes (CR) da Adusp. Nessas mesmas datas os docentes filiados poderão votar na eleição da nova diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). A votação será realizada nas diversas unidades da USP, das 9 horas às 21 horas.

Para a eleição do CR, os candidatos a representantes deverão se inscrever na sede da Adusp, à Rua da Reitoria 374 (Prédio Antigo da Reitoria), até o dia 7 de maio, às 19 horas.

No que diz respeito ao Andes-SN, só participa da eleição a Chapa 1, "Andes-Trabalho Docente e Compromisso Social". A Chapa 2, "Andes-SN para os professores", pré-inscrita por ocasião do 31º Congresso

da entidade (em janeiro), não foi homologada. Segundo a Comissão Eleitoral Central, a decisão de não homologar a Chapa 2 foi motivada pela apresentação de dois candidatos não sindicalizados, o que contraria o estatuto do Sindicato Nacional.

A Chapa 1 tem como presidente Marinalva Silva Oliveira e compromete-se com a defesa da universidade pública, autônoma, democrática e socialmente referenciada. "Defendemos melhores condições de trabalho, valorização da carreira docente e a solidariedade entre os trabalhadores. Na atual conjuntura, de ataque às nossas conquistas, é fundamental intensificar a mobilização docente e a construção da unidade dos trabalhadores".

Titularidade e aposentadoria integral

Desde a aprovação do Regime de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Lei 14.653, de 22/12/2011), vários docentes entraram em contato com a entidade buscando dirimir dúvidas relativas à garantia do direito à paridade e à integralidade aos docentes que, tendo ingressado na USP até 31/12/2003, venham a prestar concurso para o cargo de Professor Titular.

Diante do que foi aprovado na reforma da Previdência em 2003 e estipulado nas emendas constitucionais 41/2003 e 47/2005, o entendimento da Adusp é o de que, para os que ingressaram até de 31/12/2003, a paridade e a integralidade devem vigorar, e assumir o cargo de Professor Titular não restringiria esse direito.

Apesar disso e por dever de ofício, a diretoria solicitou manifestação da Reitoria sobre o assunto e recebeu em 23/4 o ofício reproduzido nesta página, que confirma o entendimento da Adusp.

